

MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 2013

Cláudio Júnior Damin
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)
✉ superdamin@terra.com.br

Resumo: O artigo analisa as características, o contexto e a natureza das migrações partidárias ocorridas no segundo semestre de 2013 na Câmara dos Deputados. Mostra-se que as migrações de 2013 foram uma demonstração da ineficiência das regras eleitorais (notadamente da Resolução do TSE) em conter o histórico impulso de infidelidade partidária de boa parte da elite política brasileira.

Palavras-chave: Câmara dos Deputados, Migração partidária, Eleições 2014.

Abstract: This paper analyzes the characteristics, the context and the nature of party migrations occurred in the second half of 2013 in the Brazilian House of Representatives. We show that migrations of 2013 were a demonstration of the inefficiency of electoral rules to contain the historical impulse of weak party loyalty of most of the Brazilian political elite.

Key words: Brazilian House of Representatives, Party migration, Elections 2014.

Introdução

A migração partidária na Câmara dos Deputados é um fenômeno endêmico da democracia brasileira desde o início da Nova República (MAINWARING, 2001; MELO, 2004) e que se presumira minorado a partir da Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de 2007 que decidiu que o mandato de um agente político pertence à sigla a qual se elegeu e não aos candidatos individualmente considerados.

É bem verdade que em razão de mudanças de partido político consideradas pelo Tribunal como injustificadas alguns parlamentares tiveram seus mandatos revogados com a consequente convocação do suplente do partido ou da coligação. A migração, contudo, permaneceu uma realidade

entre a classe política brasileira. A regra eleitoral, neste caso, foi realmente incapaz de impedir novas ondas migratórias.

A própria diretiva do TSE abriu caminho para que a endemia da migração partidária tivesse prosseguimento no sistema político brasileiro. Trata-se do dispositivo segundo o qual a fusão de partidos ou a criação de uma nova legenda autoriza que deputados possam migrar para outras agremiações sem que tenham seu mandato contestado por suas antigas legendas pelas quais se elegeram (CRUVINEL, 2013).

Foi dentro dessas condições que, em 2011, com a criação do PSD, observou-se uma grande revoada de políticos, especialmente do Democratas, para essa legenda então criada por articulação do então prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab. Acossados pela legislação, a criação de partidos acabou constituindo-se como uma alternativa viável e pouco custosa para que deputados insatisfeitos pelas mais distintas razões com seus partidos pudessem migrar impunemente.

É dentro desse quadro que ocorreu, mesmo após a Resolução do TSE, uma segunda grande onda migratória que abarcou mais de 10% da Câmara dos Deputados. Ela ocorreu entre a segunda quinzena de setembro até a primeira semana de outubro de 2013, um ano pré-eleitoral. Desta vez, dois novos partidos concentraram as atenções, o Solidariedade (SD) e o PROS, cujas criações foram aprovadas pelo TSE poucos dias antes da data limite, prevista pela Lei Eleitoral, de um ano prévio de filiação partidária para postulantes a cargos eletivos. É essa segunda grande onda pós-decisão sobre fidelidade partidária do TSE que iremos examinar ao longo do artigo.

O objetivo do artigo é analisar as características, o contexto e natureza das migrações ocorridas no segundo semestre de 2013. Para tanto foi confeccionado, a partir de dados disponíveis no *site* da Câmara dos

Deputados, um banco de dados com informações sobre todos os 67 parlamentares migrantes.

A partir deste banco foi possível trabalhar com uma hipótese que assevera que as migrações de 2013 foram uma demonstração da ineficiência das regras eleitorais (notadamente da Resolução do TSE) em conter o histórico impulso de infidelidade partidária de boa parte dos parlamentares brasileiros. Elas mostram, em alguma medida, o “jeitinho” dado pelos congressistas para burlar o instituto da fidelidade partidária, potencializar suas chances de reeleição e de promoção na carreira sem arcar com o ônus de perder seu mandato.

A safra migrante de 2013

Um primeiro aspecto a ser analisado é o *timing* das migrações. O conhecido estudo de Melo (2004) já acentuava que as migrações partidárias, no período analisado pelo autor, se concentravam no primeiro e terceiro ano da legislatura. Note-se que o terceiro ano é o momento pré-eleitoral. O estudo de Freitas (2012, p.980) de igual modo identificou que, “entre 1995 a 2007, cerca de 70% das trocas de legenda ocorreram nos períodos pré-eleitorais e nos períodos pré-distribuição dos cargos em comissão”. A exigência de filiação obrigatória um ano antes da disputa eleitoral por parte da Lei 9.504/97 fortaleceu as migrações no ano anterior às eleições. Em 1997, conforme destaca Freitas (2012), a migração acentuou-se entre setembro de outubro, alcançando 50 deslocamentos de parlamentares.

As migrações de 2013 enquadram-se precisamente nesse tempo de migração, ou seja, entre setembro e outubro de um ano pré-eleitoral. Trata-se aqui de uma confirmação dos estudos anteriores, mesmo que agora exista uma diretiva da Justiça Eleitoral exercendo controle sobre as mudanças de partido.

Do total dos migrantes, conforme mostra a primeira tabela, 44.8% eram deputados federais em seu primeiro mandato e 25.4% de segundo mandato. A maioria das mudanças, portanto, concentra-se nesses parlamentares com pouca experiência na Câmara. Os mais experientes, por sua vez, contribuíram pouco para a safra migrante de 2013. É interessante notar que a predisposição para migrar seja especialmente cultivada pelos deputados principiantes, sendo eles supostamente os mais insatisfeitos com seus partidos.

Tabela I - Número de mandatos dos deputados migrantes (%)

Mandato	Migrantes
Primeiro mandato	44,8 (30)
Segundo mandato	25,4 (17)
Terceiro mandato	14,9 (10)
Quarto mandato	6,0 (4)
Quinto mandato	6,0 (4)
Sexto mandato	1,5 (1)
Décimo mandato	1,5 (1)
Total	100,0 (67)

N= 67

Fonte: Câmara dos Deputados e elaboração do autor.

Os dados agregados da Tabela II mostram que do total de migrantes 31.3% deles nunca haviam migrado de partido em sua carreira política¹. Note-se que é um percentual inferior aos parlamentares exercendo seu primeiro mandato, o que sinaliza para o fato de que parte dos deputados principiantes que mudaram de partido no período que estamos analisando já havia realizado uma migração em um período anterior da mesma Legislatura. Outros 25.4% já haviam operado uma migração, 19.4% duas mudanças anteriores de partido e três movimentações foram experimentadas por 16.4% do total dos trânsfugas. Outros 3% já haviam mudado quatro vezes de partido e 3% cinco vezes.

¹ O artigo baseou-se nas informações sobre histórico de filiação disponibilizado pela Secretaria da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados em seu *site*.

Os dados mostram, portanto, que 68.7% dos migrantes já estavam em sua segunda ou outra migração quando deixaram seus partidos entre setembro e outubro de 2013. Esse dado também confirma o achado de Melo (2004) de que a cada legislatura há a expectativa de que próximo de 1/3 dos parlamentares migre de partido. Trata-se aqui de reafirmar a noção segundo a qual a migração “passou a ser vista como uma estratégia razoável para a redução do nível de incerteza do deputado a respeito de seu futuro”, ou seja, “trocar de legenda passou a fazer parte do leque de ações desenvolvidas pelos membros do Congresso Brasileiro com vistas à sobrevivência política” (MELO, 2004, p.64).

Tabela II – Migração partidária e número de mandato

	Número de mandatos (%)							Total
	1	2	3	4	5	6	10	
Nunca migrou	50,0 (15)	11,8 (2)	20,0 (2)		50,0 (2)			31,3 (21)
Uma migração	20,0 (6)	35,3 (6)	20,0 (2)	25,0 (1)	50,0 (2)			25,4 (17)
Duas migrações	13,3 (4)	29,4 (5)	20,0 (2)	25,0 (1)		100,0 (1)		19,4 (13)
Três migrações	13,3 (4)	11,8 (2)	30,0 (3)	50,0 (2)				16,4 (11)
Quatro migrações		5,9 (1)	10,0 (1)					3,0 (2)
Cinco migrações	3,3 (1)	5,9 (1)					100,0 (1)	4,5 (3)
Total	100 (30)	100 (17)	100 (10)	100 (4)	100 (4)	100 (1)	100 (1)	100 (67)

N= 67.

Fonte: Câmara dos Deputados e elaboração do autor.

Ocorreram, no período em exame, 67 migrações partidárias na Câmara dos Deputados o que representa, na composição do Parlamento, uma movimentação de 13.1% do total de deputados federais. Conforme ilustra a Tabela III, a maior parte dos migrantes é originária dos Estados nordestinos, 40.3%. Ao nível individual o destaque ficou com o Ceará com 7 migrações e Pernambuco com 5. A segunda região com o maior número de trânsfugas foi o Sudeste, compondo 29.9% do total, e com especial destaque para o Rio de Janeiro e São Paulo com 7 e 6 mudanças partidárias, respectivamente. Em um

patamar menor está o Norte que contribuiu com quase 15% das migrações, o Centro Oeste com 9% e o Sul com os 6% restantes.

Tabela III – Migrações partidárias por região do país entre setembro e outubro de 2013 (%)

	Migrações
Nordeste	40,3 (27)
Sudeste	29,9 (20)
Norte	14,9 (10)
Centro Oeste	9,0 (6)
Sul	6,0 (4)
Total	100,0 (67)

N= 67.

Fonte: Câmara dos Deputados e elaboração do autor.

Conforme salientado, há regiões que apresentaram uma maior movimentação de suas bancadas, enquanto que em outras o movimento foi menos intenso. Na Tabela IV consta o impacto das migrações para as bancadas regionais. No Nordeste as mudanças representaram uma alteração de quase 18% na composição partidária da bancada, sendo, ainda, de 15.4% no caso da bancada nortista e de 14.6% na do Centro Oeste. O processo migratório teve um menor impacto, em termos de mudança nas forças partidárias regionais, no Sudeste e no Sul.

Tabela IV – Migrações partidárias por bancadas regionais entre setembro e outubro de 2013

	Total bancada	Migrantes	% de migrantes
Nordeste	151	27	17,9
Norte	65	10	15,4
Centro Oeste	41	6	14,6
Sudeste	179	20	11,2
Sul	77	4	5,2
Total	513	67	13,1

N= 67.

Fonte: Câmara dos Deputados e elaboração do autor.

Os dados mostram que os partidos que mais perderam deputados foram o PDT (9), PMDB (7), PR (7), PSD (7), PSB (6) e PSDB (6). Juntas

essas agremiações foram responsáveis por 62.6% das saídas. No total, 18 partidos tiveram um ou mais deputados migrando para outras legendas.

Tabela VI – Partidos de origem dos deputados migrantes (%)

	Migrantes
PDT	13,4 (9)
PMDB	10,4 (7)
PR	10,4 (7)
PSD	10,4 (7)
PSB	9,0 (6)
PSDB	9,0 (6)
PP	6,0 (4)
PSC	6,0 (4)
DEM	4,5 (3)
PPS	4,5 (3)
PTB	4,5 (3)
Outros 7 partidos	12,0 (8)
Total	100,0 (67)

N= 67.

Fonte: Câmara dos Deputados e elaboração do autor.

No recorte regional, conforme a Tabela VII, mais de $\frac{3}{4}$ dos deputados que migraram do PDT são representantes de estados do Sudeste. Conforme veremos mais à frente, quando abordarmos os partidos de entrada desses parlamentares, a maior parte destes sete migrantes do Sudeste ajudou a fundar o Solidariedade, cujo presidente, deputado Paulo Pereira da Silva, é representante por São Paulo.

Para o PMDB os dados mostram que mais de 70% dos que saíram do partido eram do Nordeste, o mesmo ocorrendo com o PSB (83.3%), PPS (67.7%) e DEM (100%). No caso específico do PSB, a migração dos deputados nordestinos é explicada em alguma medida pelo caso do Ceará e a migração dos irmãos Cid (governador) e Ciro Gomes, até então aliados do governador de Pernambuco Eduardo Campos, para o recém-fundado PROS. Por não aceitar a pré-candidatura do pernambucano à presidência, o Ceará tornou-se uma dissidência dentro do PSB, tendo suas mais importantes lideranças locais migrado com intensidade para o PROS. Para o DEM, deve-

se assinalar que a migração de três de seus parlamentares nordestinos reforça a decadência política da agremiação nesta região que já se constituiu, nos anos 1990, como a maior fornecedora de eleitos da então bancada pefelista (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000). O PR também apresentou uma forte concentração de seus migrantes em estados do Nordeste, 57.1%, perdendo quatro cadeiras em estados diferentes.

Tabela VII – Partidos de origem e regiões dos deputados migrantes (%)

	PDT	PMDB	PR	PSD	PSB	PSDB	PP	PSC	DEM	PPS
Centro Oeste		14,3 (1)	14,3 (1)	14,3 (1)	16,7 (1)					33,3 (1)
Norte	11,1 (1)	14,3 (1)	14,3 (1)	28,6 (2)		50,0 (3)	25,0 (1)			
Nordeste	11,1 (1)	71,4 (5)	57,1 (4)		83,3 (5)	16,7 (1)	25,0 (1)	25,0 (1)	100 (3)	67,7 (2)
Sul				14,3 (1)		16,7 (1)	25,0 (1)			
Sudeste	77,8 (7)		14,3 (1)	42,9 (3)		16,7 (1)	25,0 (1)	75,0 (3)		
Total	100 (9)	100 (7)	100 (7)	100 (7)	100 (6)	100 (6)	100 (4)	100 (4)	100 (3)	100 (3)

N= 67.

Fonte: Câmara dos Deputados e elaboração do autor

Perdas de deputados do Sudeste foram mais recorrentes no PSD e no PSC. No caso do primeiro, vale lembrar que a bancada da legenda foi formada, em boa parte, por egressos do DEM no ano de 2011, e com especial participação de deputados de estados da região Sudeste. É curioso, pois, que na onda migratória de 2013 tenha perdido mais deputados dessa região que de outras. O PSC, que tem uma bancada pequena na Câmara, perdeu dois deputados do Rio de Janeiro que acabaram migrando para dois partidos diferentes.

Realizado o mapeamento dos partidos de saída, cabe investigar quais os principais destinos dos migrantes, ou seja, para quais legendas esses parlamentares se filiaram para estar aptos a concorrer às eleições de outubro de 2014.

A Tabela VIII mostra que as migrações possibilitaram a formação de duas novas bancadas partidárias na Câmara dos Deputados, a saber: do PROS e do SD. Juntas essas agremiações foram responsáveis pelo acolhimento de praticamente 2/3 dos parlamentares migrantes. Dos partidos já estabelecidos no Parlamento o PP foi o que mais ganhou com a migração, sendo escolhido como destino por cinco deputados. No saldo, contudo, considerando entradas e saídas, a bancada progressista reduziu-se em um deputado, já que meia dúzia de parlamentares deixou da legenda e cinco entraram. No caso do PSB, outros seis deputados migraram, porém apenas quatro outros escolheram o partido como destino. No PR o saldo foi ainda mais negativo, uma vez que sete deputados saíram do partido e apenas três nele se filiaram, situação semelhante ao PSD que perdeu sete parlamentares e ganhou apenas dois.

Esse vai-e-vem entre os partidos e em distintas direções parece fortalecer as conclusões produzidas por Freitas (2012, p.952) e que salientam que os partidos “utilizam as trocas de legenda para aumentar seu poder na arena parlamentar e arena eleitoral” não se tratando, por isso mesmo, de uma manifestação unicamente movida pelos interesses particularistas dos parlamentares. Em sua visão as agremiações “aliciam parlamentares para aumentar seu acesso a cargos no Legislativo, para aumentar seu tempo no horário eleitoral” e, também, “para angariar mais votos em regiões onde não eram bem votados” (FREITAS, 2012, p.952). A partir dessas considerações é que se tornam mais “compreensíveis” os ganhos e perdas dos partidos brasileiros nas ondas migratórias

Tabela VIII – Partidos de destino dos deputados migrantes (%)

Partido	%
PROS	32,8 (22)
SD	32,8 (22)
PP	7,5 (5)
PSB	6,0 (4)
PR	4,5 (3)
PRB	3,0 (2)
PSD	3,0 (2)
PTB	3,0 (2)
Outros 5 partidos	7,5 (5)
Total	100 (67)

N= 67.

Fonte: Câmara dos Deputados e elaboração do autor

PROS e SD, em todo caso, foram as legendas mais beneficiadas pela onda migratória de 2013. Uma questão essencial, dentro dessa perspectiva, é saber qual é, precisamente, a origem dessas novas bancadas formadas por trânsfugas.

A Tabela IX indica, no caso do PROS, que 22.7% de seus deputados são migrantes do PSB e outros 22.7% do PR. O PDT apresenta-se como a terceira fonte de deputados, com 13.6% do total da nova bancada. Já no caso do SD, deputados do PDT são os que mais migraram para essa nova agremiação, compondo 27.3% da bancada. O segundo maior fornecedor de deputados foi o PMDB, com 18.2% da nova bancada.

Tabela IX – Origem das bancadas do PROS e SD (%)

Partido de origem	Novas bancadas	
	PROS	SD
DEM	4,5	4,5
PDT	13,6	27,3
PEN	-	9,1
PMDB	-	18,2
PP	9,1	4,5
PPS		9,1
PR	22,7	9,1
PRTB	-	4,5
PSB	27,3	-
PSC	4,5	-
PSD	4,5	4,5
PSDB	4,5	4,5
PSL	4,5	-
PT	-	4,5
PTB	4,5	-
Total	100	100

N= 67.

Fonte: Câmara dos Deputados e elaboração do autor

No recorte governo/oposição, tal qual ilustrado através da Tabela X, a nova bancada do PROS nasce formada majoritariamente por deputados cujos partidos anteriores faziam parte da coalizão do governo da presidente Dilma Rousseff. A migração de deputados pertencentes a partidos de oposição para o PROS foi, por outro lado, de 36,4%. Como se sabe, o PROS nasceu basicamente para ser governista e atualmente faz parte da base de apoio de Dilma. Essa proximidade com o poder já era conhecida ao tempo do processo migratório de 2013, o que faz com que possamos dizer que esses 8 parlamentares da oposição que migraram para um novo partido governista são significativos do fato de que a “janela” aberta para a migração acabou fazendo com que deputados insatisfeitos na oposição pudessem migrar para um partido que estaria mais alinhado ao governo nas eleições de 2014. Frise-se que desse total de 8 deputados de partidos oposicionistas encontram-se os do Ceará filiados do PSB, legenda considerada no artigo como de oposição desde os últimos meses de 2013.

Tabela X – Posição do partido anterior e novas bancadas (%)

Posição do partido anterior	Partido de destino (%)				
	PROS	SD	PP	PSB	PR
Governo	59,1 (13)	68,2 (15)	80 (4)	50,0 (2)	66,7 (2)
Oposição	36,4 (8)	18,2 (4)	20,0 (1)	50,0 (2)	33,3 (1)
Indefinido	4,5 (1)	13,6 (3)			
Total	100,0 (22)	100,0 (22)	100,0 (5)	100,0 (4)	100,0 (3)

N= 67.

Fonte: Câmara dos Deputados e elaboração do autor

O SD, ao contrário do PROS, caracterizou-se como sendo um partido de oposição ao governo Dilma. Seu presidente, Paulinho da Força, se mostrava francamente favorável à candidatura de Aécio Neves (PSDB) à presidência da República. O parlamentar, lembremos, era filiado ao PDT, um partido da base de sustentação do governo federal na Câmara. O que a Tabela X mostra é que o SD, um partido de oposição, formou-se basicamente por deputados que antes pertenciam ao governo. Os dados indicam, portanto, que o SD enquanto partido de oposição arregimentou para si deputados majoritariamente governistas. Há uma clara dissidência da base da presidente Dilma no caso do Solidariedade.

Analisadas comparativamente, as bancadas do SD e PROS exibem, pois, distinções que também podem ser avaliadas como contradições aparentes. A primeira delas é a de que o SD foi formado em sua maior parte por governistas, mas se comporta como oposicionista. A segunda é a de que o PROS nasceu para ser governista, tendo sido formado por antigos governistas e por deputados socialistas insatisfeitos com a inflexão oposicionista da legenda com o lançamento da candidatura de Eduardo Campos à presidência.

Na verdade não parece haver propriamente uma contradição nessas movimentações, mas sim uma característica própria do jogo político que opõe governo e oposição. Estabeleceu-se, pois, um realinhamento de parte das forças políticas na Câmara dos Deputados observando-se, em grande medida,

o horizonte eleitoral de 2014. À ação da oposição de agregar deputados ao SD e da declaração de independência (que na realidade traduziu-se como oposição) do PSB ocorreu uma contrarreação do governo a partir basicamente da instrumentalização do PROS. Boa parte da bancada do PROS, nesse sentido, foi formada como reação a uma possível migração maior de deputados insatisfeitos com as lideranças locais de seus partidos para outros partidos, especialmente os da oposição. Nesse diapasão, aliás, PROS e SD filiaram 22 parlamentares cada.

Naquele contexto das migrações, em 2013, repercutiu o argumento de que vários deputados federais estavam migrando em função de uma alegada “falta de espaço” no interior das seções estaduais dos partidos. Era, pois, o argumento da “falta de oportunidades” e de “poder de decisão”. Havia uma noção de que os postos de chefia nos partidos estavam interditados para um grupo de deputados, geralmente do “baixo clero” que, buscando maior espaço, viam-se alijados de uma maior influência dentro de suas próprias organizações.

Em entrevista à imprensa gaúcha, Paulinho da Força foi indagado sobre se o Solidariedade realmente oferecia uma maior participação no Fundo Partidário para os deputados federais que se filiassem à nova legenda. Segundo explicou, ao contrário do PDT que repassaria 40% do Fundo para as executivas estaduais, o SD iria repassar 50%. Sua explicação produziu uma equação que expressa o pragmatismo envolto nas migrações partidárias de 2013. Segundo disse Paulinho da Força:

Significa que, se um deputado federal gaúcho fizer 500 mil votos, vou transformar isso em dinheiro para a executiva estadual do Solidariedade. Quinhentos mil votos vezes R\$ 3,40, que é o valor do voto (a cifra é resultado da divisão do montante do Fundo pelo número de votos para deputado federal em 2010), dá mais de R\$ 1 milhão. Todo mundo que fez votos em 2010 vai trazê-los para o novo partido e, conseqüentemente, aumentar o valor a ser recebido do Fundo. O cara mais caro de Brasília hoje é o Tiririca. Ele vale quase R\$ 5 milhões. (ZERO HORA, 2013).

As migrações de outubro de 2013 são, em boa medida, reflexo dessa busca por “oportunidades”, por maior valorização dos políticos em suas bases estaduais. Um dado, em especial, chama a atenção. Do total de migrantes, 29.9% (20 deputados) tornaram-se presidentes estaduais de partido e 1.5% (um deputado) tornou-se presidente nacional de partido. Quase 1/3 dos trânsfugas, portanto, tornaram-se dirigentes partidários máximos em seus estados. Foi possível identificar, ainda, outros três deputados (4.5%) que assumiram funções de direção partidária como uma vice-presidência estadual, secretaria-geral e suplência na comissão provisória.

A esses casos poderíamos agregar mais três parlamentares que poderíamos dizer que compuseram, à época, a “Bancada Marina Silva”, e que apenas no último momento filiaram-se ao PSB. Digno de nota, nesse argumento da “oportunidade”, é também a influência que os irmãos Gomes tiveram para a migração, sendo eles responsáveis pela movimentação de cinco parlamentares para o PROS cearense.

Tabela XII – Situação dos migrantes de 2013 na eleição de 2014 (%)

	Migrantes	Câmara
Deputado federal	77,6 (52)	77,6 (398)
Vice-governador	6,0 (4)	4 (21)
Deputado estadual	4,5 (3)	3,7 (19)
Governador	3,0 (2)	2 (10)
Senador	3,0 (2)	4 (21)
Suplente de senador	-	1,2 (6)
Não é candidato	6,0 (4)	7,4 (38)
Total	100,0 (67)	100,0 (513)

N= 67.

Fonte: Câmara dos Deputados, DIAP e elaboração do autor

Poderia estar presente aqui, entre os migrantes, um sentido de “oportunidade” seja para conquistar a reeleição ou para avançar na carreira política. Vale salientar que essa hipótese de que as mudanças de partido são utilizadas como estratégia dos deputados para maximizar suas chances

eleitorais já foi apresentada por Mainwaring (2001) e Lima Júnior (1993). Nesse ponto a Tabela XII indica que 94% dos migrantes, em 2014, concorrem a algum cargo eletivo. A ampla maioria, 77.6%, busca um novo mandato na Câmara dos Deputados, ao passo que 6% são candidatos a vice-governador, 3% a governador e igual percentagem a senador. Quase a totalidade dos migrantes, portanto, busca ou a reeleição ou uma “promoção” em sua carreira política. Apenas uma pequena franja de 4.5% desses migrantes concorre em um cargo visto como “inferior” (do ponto de vista da carreira), o de deputado estadual. Na acepção dada por Leoni, Pereira e Rennó (2003) tem-se maior ambição estática (reeleição) e menor ambição regressiva (deputado estadual).

Podemos comparar esses dados à luz do saldo divulgado pelo DIAP e que engloba o destino de todos os deputados federais em 2014. Os números são muito parecidos, não havendo distinções realmente significativas. Assim, o comportamento dos migrantes reproduz as mesmas motivações dos deputados fiéis, ou seja, a busca majoritária pela reeleição e, depois, por um *upgrade* na carreira.

Considerações finais

O artigo analisou a onda migratória de deputados federais ocorrida entre setembro e outubro de 2013. Buscou-se caracterizar os migrantes e contextualizar esse fenômeno político recorrente da política brasileira que é a mudança de partido de deputados em pleno exercício parlamentar. Chegamos, a partir da análise, a algumas conclusões.

Em primeiro lugar, as migrações serviram para demonstrar a ineficiência das regras eleitorais, notadamente da Resolução sobre fidelidade partidária do TSE de 2007. Deputados migrantes de 2013 trocaram de partido impunemente, sem que nenhum deles tenha sido cassado pela Justiça e seu

mandato devolvido à legenda de origem. Isso faz com que confirmemos nossa hipótese inicial de trabalho.

Em segundo lugar, a criação de novos partidos (SD e PROS) foi fundamental para impulsionar a onda migratória. A maioria dos transfugas alojou-se nessas duas agremiações que, ao final, restaram compostas por 22 deputados federais cada. Outros partidos, contudo, também perderam e ao mesmo tempo receberam parlamentares, demonstrando que o custo de migrar (a perda de mandato, por exemplo) já não se fazia presente, não sendo um constrangimento para a mudança de partido. Houve, em certo sentido, um acordo coletivo entre os partidos da Câmara dos Deputados para que nenhum dos migrantes (e especialmente aqueles que mudaram para partidos já estabelecidos) fosse penalizado por seu comportamento.

Por último, a migração partidária na Câmara dos Deputados em 2013 significou o primeiro embate pré-eleitoral entre governo e oposição. Isso porque o PROS detinha um perfil mais governista ao passo que o SD surgiu como uma força oposicionista. Em 2014 o PROS faz formalmente parte da coligação da candidata Dilma Rousseff e o SD da coligação de Aécio Neves. Foram, pois, forças antagônicas que surgiram um ano antes do pleito, provocando um realinhamento partidário de parte da Câmara e cuja tradução foi uma intensa migração partidária.

Referências

- CRUVINEL, Diogo Mendonça. Perda de mandato por infidelidade partidária: afinal, quem ocupará a cadeira vaga? *Em Debate*, Belo Horizonte, v.5, n.5, p.30-40, dez. 2013.
- FREITAS, Andréa. Infidelidade partidária e representação política: alguns argumentos sobre a migração partidária no Brasil. *Cad. CRH*, Salvador, v. 21, n. 52, Apr. 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000100004&lng=en&nrm=iso>.
- FREITAS, Andréa. Migração Partidária na Câmara dos Deputados de 1987 a 2009. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 4, 2012, p. 951 a 986.
- LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos, RENNO, Lúcio. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. *Opinião Pública*, vol.9, n.1, pp. 44-67, 2003.
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Democracia e Instituições políticas no Brasil dos anos 80*. Edições Loyola, 1993.
- MAINWARING, Scott. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.
- MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel; POWER, Timothy Joseph. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases*. Paz e Terra, 2000.
- MELO, Carlos Ranulfo. *Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na câmara dos deputados, 1985-2002*. Editora UFMG, 2004.
- ZERO HORA. “Não montei balcão de negócios”, diz deputado fundador do Solidariedade. *Jornal Zero Hora*, 5 de out. 2013. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/10/nao-montei-balcao-de-negocios-diz-deputado-fundador-do-solidariedade-4291647.html>. Acesso em 25-08-2014.